

Enfoque Econômico é uma publicação do IPECE que tem por objetivo fornecer informações de forma imediata sobre políticas econômicas, estudos e pesquisas de interesse da população cearense. Por esse instrumento informativo o IPECE espera contribuir para a disseminação, de forma objetiva, do conhecimento sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

### **1. Índice de Desenvolvimento da Família - IDF**

O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) é um indicador sintético, criado pelo governo Federal no início dos anos 2000, para medir o grau de desenvolvimento das famílias em situação de vulnerabilidade social. Ele é aplicado sobre o Cadastro Único - base de dados federal com mais de 25 milhões de famílias de baixa renda -, constituindo-se, por isso, em importante apoio para o monitoramento das famílias em situação de pobreza, item imprescindível para o desenho de políticas públicas voltadas para essa parcela da população.

O indicador varia de 0 a 1, atribuindo, dessa forma, nota para o acesso das famílias pobres aos direitos fundamentais, isto é, IDF igual a 1 indica que a família teve respeitadas suas necessidades elementares; caso a unidade familiar não tenha acesso a qualquer direito essencial, tem-se IDF igual a 0. Ressalte-se, então, que o IDF aborda o acesso aos meios para que a família possa satisfazer suas necessidades e, também, observa a satisfação efetiva dessas carências.

Por causa de ter o foco na família, é possível realizar, com o IDF, agregações de natureza geográfica e em termos de grupos sociais e demográficos. Ademais, o indicador difere da análise tradicional - que se utiliza apenas da informação de renda para caracterizar a situação de pobreza - ao combinar, atribuindo pesos a cada uma, as seguintes dimensões: i) vulnerabilidade das famílias, ii) acesso ao conhecimento, iii) acesso ao trabalho, iv) disponibilidade de recursos, v) desenvolvimento infantil e vi) condições habitacionais.

#### **1.1 As Dimensões do IDF**

Para cada dimensão foi utilizado um conjunto de variáveis. Dessa forma, as subseções a seguir, descrevem quais informações que foram coletadas das famílias para construção de cada uma das 6 dimensões.

##### **1.1.1 Vulnerabilidade da Família**

Entende-se por vulnerabilidade o nível de recursos adicionais que a família, dada a sua formação, requer para atendimento às necessidades básicas. Assim, o IDF procura avaliar como a formação da família limita o seu desenvolvimento. Para tanto, são verificadas as seguintes questões:

- Ausência de crianças
- Ausência de criança ou adolescente
- Ausência de portadores de deficiência
- Ausência de idoso
- Presença de cônjuge
- Mais da metade dos membros encontra-se em idade economicamente ativa
- Presença de pelo menos uma pessoa com 15 anos ou mais

- Presença de pelo menos uma pessoa com 18 anos ou mais
- Presença de pelo menos uma pessoa com 21 anos ou mais
- Responsável pela família nasceu neste município
- Ausência de criança ou adolescente com até 14 anos que nasceu em outro município
- Família que não é indígena nem quilombola (ou qualquer família dos grupos tradicionais e específicos)

Assim, por exemplo, ter mais adultos em idade economicamente ativa diminui a vulnerabilidade da família, o que faz aumentar a nota do IDF; de forma oposta, ter crianças e portadores de deficiência, entre outros, aumenta a necessidade de recursos para a família, o que provoca uma redução na nota do indicador.

### **1.1.2 Acesso ao Conhecimento**

Dado que o conhecimento é um dos mais importantes meios para que as pessoas possam satisfazer suas necessidades, o objetivo dessa dimensão é medir o analfabetismo, o nível educacional e o grau de qualificação das famílias, avaliando, para isso, os seguintes itens:

- Ausência de adultos analfabetos
- Ausência de adultos analfabetos funcionais
- Presença de pelo menos uma pessoa com 15 anos ou mais alfabetizada
- Presença de pelo menos uma pessoa com 15 anos ou mais que frequente ou tenha frequentado a escola
- Presença de pelo menos uma pessoa com 15 anos ou mais alfabetizada, que frequente ou tenha frequentado a escola
- Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo
- Presença de pelo menos um adulto com ensino secundário completo
- Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior

Dessa forma, a nota do indicador aumentará desde que se tenha o maior número de adultos e jovens com o melhor nível educacional possível; ao contrário, a nota do IDF será reduzida caso a família tenha adultos e jovens analfabetos ou analfabetos funcionais e com pouca educação formal.

### **1.1.3 Acesso ao Trabalho**

O acesso ao trabalho representa a oportunidade que o indivíduo tem de utilizar sua capacidade produtiva. Assim, o IDF avalia a disponibilidade, a qualidade e a produtividade dos vínculos de trabalho da família, procurando medir o grau de ocupação da unidade familiar. Para tornar isso possível, são observados os seguintes pontos:

- Presença de pelo menos um membro em idade ativa
- Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados na semana anterior à pesquisa
- Presença de pelo menos um ocupado no setor formal
- Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola
- Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo
- Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos

A melhor situação ocorre quando a família possui adultos ocupados e ganhando mais do que dois salários mínimos em emprego formal. Por outro lado, é indesejável que existam adultos desempregados, ou fora do mercado formal ou com baixos salários.

### **1.1.4 Disponibilidade de Recursos**

O objetivo desta dimensão é avaliar a sustentabilidade e o grau de independência dos recursos financeiros da família. Para que o acesso à renda seja medido, são observados os seguintes itens:

- Família tem alguma despesa mensal
- Família possui alguma renda, excluindo-se as transferências
- Família possui alguma renda
- Despesa familiar per capita superior à linha de extrema pobreza
- Renda familiar per capita superior à linha de extrema pobreza
- Despesa com alimentos, higiene e limpeza superior a linha de extrema pobreza
- Despesa familiar per capita superior à linha de pobreza
- Renda familiar per capita superior à linha de pobreza
- Maior parte da renda familiar não advém de transferências

O IDF tem seu valor aumentado quando a família possui renda per capita acima da linha de pobreza; obviamente, a nota do indicador diminui quando não há renda familiar ou quando o valor per capita desta é inferior à linha estabelecida para caracterizar a situação de pobreza monetária.

### **1.1.5 Desenvolvimento Infantil**

Considerando as crianças da família, mede-se a proteção ao trabalho precoce, o acesso à escola e o progresso escolar por meio das seguintes questões:

- Ausência de criança de menos de 12 anos trabalhando
- Ausência de criança ou adolescente de menos de 14 anos trabalhando
- Ausência de criança ou adolescente de menos de 16 anos trabalhando
- Ausência de criança de 4 a 6 anos fora da escola ou creche
- Ausência de criança ou adolescente de 7 a 14 anos fora da escola
- Ausência de criança ou adolescente de 7 a 17 anos fora da escola
- Ausência de criança com até 14 anos com mais de 2 anos de atraso escolar
- Ausência de pelo menos uma criança ou adolescente de 10 a 14 anos analfabeto
- Ausência de pelo menos um adolescente de 15 a 17 anos analfabeto

A melhor situação é aquela em que crianças e adolescentes não trabalham e estão na escola e alfabetizadas; porém, ter crianças e adolescentes analfabetos, que trabalham e estão fora da escola provoca forte redução na nota do IDF.

### **1.1.6 Condições Habitacionais**

As condições habitacionais estão fortemente relacionadas com as condições de saúde. Por essa razão, é importante que o Índice avalie se são dignas as condições de habitação das famílias. Dessa forma, são analisados a abrigabilidade e o acesso à água, à eletricidade, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, por meio da observação dos seguintes itens:

- Domicílio particular ou coletivo
- Domicílio particular permanente ou improvisado
- Domicílio particular permanente
- Densidade de até 2 moradores por dormitório
- Material de construção permanente
- Acesso adequado à água de rede geral de distribuição
- Acesso adequado à água
- Domicílio possui banheiro ou sanitário
- Esgotamento sanitário adequado
- Lixo é coletado de forma direta ou indireta
- Acesso à eletricidade
- Domicílio localizado em trecho de logradouro com calçamento/ pavimentação total
- Domicílio localizado em trecho de logradouro com calçamento/ pavimentação total ou parcial

Naturalmente, o aumento (redução) da nota do IDF ocorre quando o domicílio reúne (não reúne) condições essenciais como ser feito de material permanente, com acesso à rede de esgoto e eletricidade, entre outros.

## **2. Resultados para 2012**

Os resultados do IDF para o ano de 2012 foram divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e estão mostrados nas Tabelas 1 e 2. Na Tabela 1 os dados estão apresentados por unidades da federação, sendo que as colunas D1, D2, D3, D4, D5 e D6 referem-se, respectivamente, às notas nas dimensões do IDF, ou seja, Vulnerabilidade das Famílias, Acesso ao Conhecimento, Acesso ao Trabalho, Disponibilidade de Recursos, Desenvolvimento Infantil e Condições Habitacionais. Já na Tabela 2 são apresentados os resultados sintetizados das dimensões, do índice e do número de famílias no Cadastro Único do governo para Ceará e Brasil. No Gráfico 1, por sua vez, estão mostrados os valores do IDF Geral por unidade federativa.

Em relação à Tabela 1, que apresenta o índice para cada unidade federativa, algumas observações devem ser feitas. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome-MDS, não seria salutar fazer comparações entre as localidades devido ao fato de que a base de dados utilizada se restringe exclusivamente aos cadastros do Bolsa Família e, como cada UF apresenta diferenças tanto na forma de coleta como na abrangência do cadastramento e na frequência de atualização dessas informações, a análise comparativa poderia ocorrer de forma inadequada. Entretanto, o objetivo nesse estudo é ter simplesmente uma ideia da composição de cada indicador para o Ceará e, também, verificarmos nossa posição em relação a outros entes da federação, assim como do País. Isso ajudaria a definir e reforçar novas medidas do Governo em direção a consolidar aquelas dimensões que estamos bem e reforçarmos outras ações onde nos encontramos mais fragilizados.

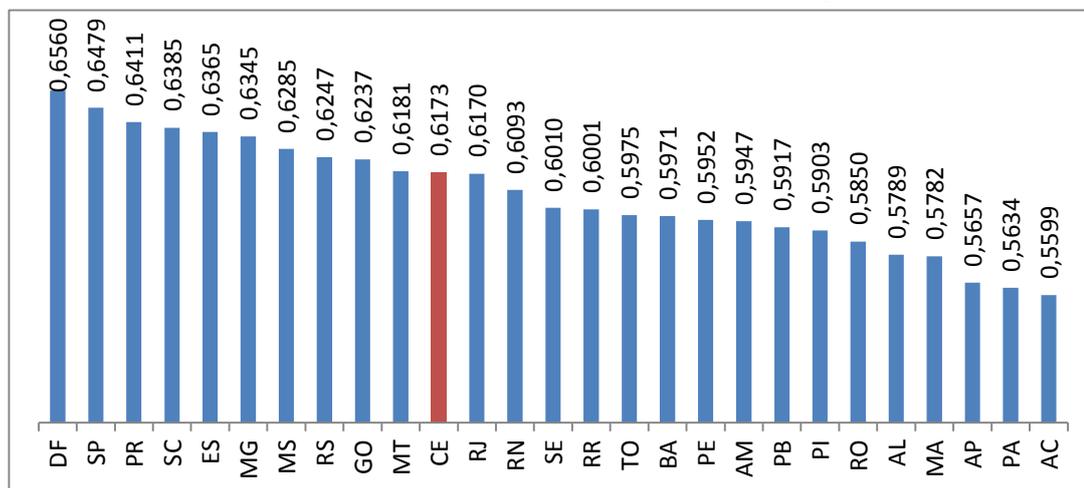
No Gráfico 2 temos a referência do número de famílias por UF, indicando, de certa forma, a distribuição desigual de pessoas no Cadastro. São Paulo, por exemplo, foi o Estado com maior amostra enquanto que o Acre, a menor. O Ceará apresentou a quinta maior quantidade de pessoas cadastradas, com mais de 1,7 milhões de famílias. Assim, os resultados indicam que em termos da vulnerabilidade da família, o Ceará obteve o melhor índice, com valor igual a 0,77, tendo bons resultados também no desenvolvimento infantil e nas condições habitacionais; Por outro lado, a despeito de termos índices de certa forma semelhante a outros Estados, precisamos melhorar no acesso ao conhecimento, ao trabalho e na ainda baixa disponibilidade de recursos.

**Tabela 1: Dimensões IDF- Unidades da Federação – 2012**

Brasil/UF	D1	D2	D3	D4	D5	D6
Acre	0,73	0,35	0,27	0,59	0,78	0,64
Amapá	0,69	0,36	0,22	0,60	0,81	0,70
Amazonas	0,73	0,38	0,27	0,61	0,83	0,75
Pará	0,72	0,36	0,27	0,58	0,83	0,63
Rondônia	0,71	0,36	0,29	0,66	0,83	0,67
Roraima	0,71	0,41	0,23	0,64	0,82	0,78
Tocantins	0,71	0,38	0,27	0,64	0,84	0,75
Alagoas	0,73	0,33	0,27	0,56	0,82	0,75
Bahia	0,76	0,37	0,29	0,59	0,85	0,73
<b>Ceará</b>	<b>0,77</b>	<b>0,39</b>	<b>0,29</b>	<b>0,60</b>	<b>0,88</b>	<b>0,77</b>
Maranhão	0,74	0,36	0,29	0,57	0,85	0,65
Paraíba	0,74	0,36	0,28	0,56	0,84	0,76
Pernambuco	0,74	0,37	0,27	0,58	0,85	0,76
Piauí	0,76	0,36	0,30	0,58	0,86	0,69
Rio Grande do Norte	0,74	0,38	0,29	0,60	0,86	0,80
Sergipe	0,73	0,36	0,29	0,58	0,85	0,80
Espírito Santo	0,72	0,38	0,33	0,70	0,86	0,83
Minas Gerais	0,75	0,38	0,31	0,68	0,85	0,84
Rio de Janeiro	0,74	0,39	0,27	0,63	0,85	0,82
São Paulo	0,72	0,40	0,31	0,70	0,88	0,89
Paraná	0,73	0,38	0,33	0,72	0,86	0,83
Rio Grande do Sul	0,75	0,38	0,31	0,67	0,83	0,80
Santa Catarina	0,72	0,38	0,36	0,73	0,84	0,79
Distrito Federal	0,73	0,40	0,30	0,77	0,84	0,89
Goiás	0,71	0,38	0,28	0,70	0,83	0,84
Mato Grosso	0,71	0,38	0,30	0,70	0,86	0,77
Mato Grosso do Sul	0,73	0,37	0,31	0,71	0,84	0,80

Fonte: MDS. IDF 2012. Elaboração Própria

Gráfico 1: Índice de Desenvolvimento Familiar por Unidade da Federação, 2012



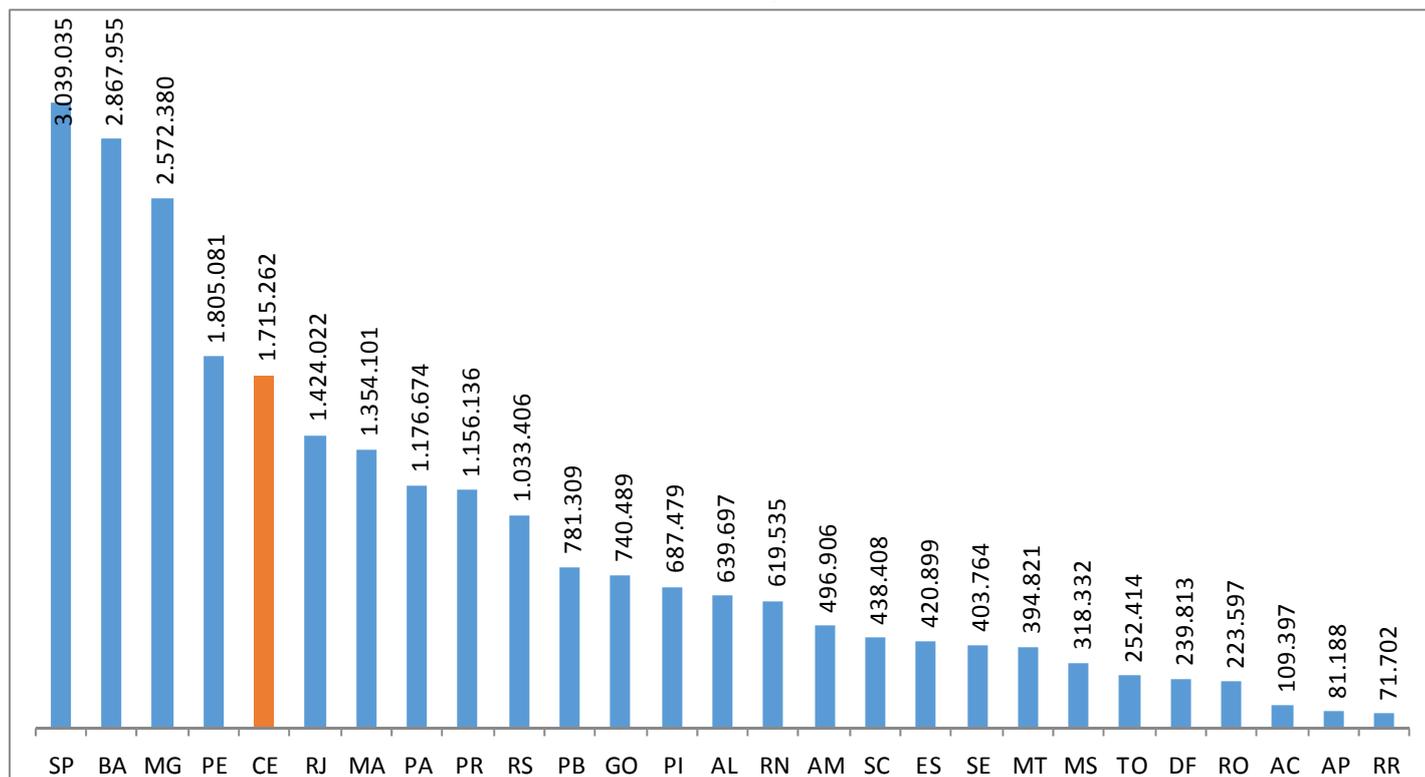
Fonte: MDS. IDF 2012. Elaboração Própria

Tabela 2: Resumo, Brasil e Ceará, IDF 2012

Item	Brasil	Ceará
IDF Vulnerabilidade da Família	0,7383	0,7688
IDF Acesso ao Conhecimento	0,3765	0,3945
IDF Acesso ao Trabalho	0,2939	0,2925
IDF Disponibilidade de Recursos	0,6340	0,5995
IDF Desenvolvimento Infantil	0,8515	0,8762
IDF Condições Habitacionais	0,7817	0,7726
<b>IDF Geral</b>	<b>0,6126</b>	<b>0,6173</b>
Nº de Famílias Cadastro Único – Dez/2012	25.063.802	1.715.262

Fonte: MDS. IDF 2012. Elaboração Própria

Gráfico 2: Número de Famílias no Cadastro Único por Unidade Federativa, Dezembro de 2012



Fonte: MDS. IDF 2012. Elaboração Própria

### 3. Considerações Gerais

O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) foi criado para permitir o acompanhamento dos indivíduos pobres e extremamente pobres (base do Cadastro único), notadamente no que se refere à satisfação das necessidades elementares dessa parcela da população. O indicador procura, portanto, avaliar o nível de atendimento efetivo dos direitos fundamentais das pessoas nas diversas dimensões que caracterizam a situação de pobreza, especialmente no que se refere à vulnerabilidade social, ao acesso ao conhecimento e ao trabalho, à disponibilidade de recursos financeiros, ao desenvolvimento infantil e às condições habitacionais. Por essa razão, o IDF tornou-se importante instrumento quando do desenho de ações complementares aos Programas Sociais do governo.

Os resultados para o Ceará indicam que o tipo de formação de suas famílias de baixa renda não se constitui num fator expressivo para limitar o desenvolvimento dessas unidades familiares. Da mesma forma, afirma-se, observando-se apenas as crianças pertencentes a famílias pobres no Estado, que existe relevante proteção ao trabalho precoce, além de ganhos relacionados ao acesso à escola e ao progresso escolar. Por fim, ressalte-se

que considerável parcela dos direitos das famílias de baixa renda no Ceará no que se refere à disponibilidade, à qualidade e à produtividade dos vínculos de trabalho, estão sendo assegurados.

Porém, avanços nas condições habitacionais, notadamente na abrigabilidade, no acesso à água, à eletricidade, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo devem continuar sendo buscados pelas políticas sociais do Estado.

**Governador:** CID FERREIRA GOMES  
**Secretário da SEPLAG:** Eduardo Diogo  
**Diretor-Geral do IPECE:** Flávio Ataliba Barreto  
**Diretor da DIEEC:** Adriano Sarquis  
**Diretor da DISOC:** Régis Façanha Dantas

**Elaboração:**  
Carlos Alberto Manso  
Raquel Silva Sales

SEPLAG: [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br)  
IPECE: [www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)  
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora/Cambeba  
Fone: (85) 3101.3496